

INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO: REGISTRO DE PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

CURRICULUM INSERT OF THE EXTENSION IN ARCHITECTURE AND URBANISM: REGISTRATION OF PRACTICES IN EDUCATION AND HERITAGE PRESERVATION

ARAÚJO, Iuri Cesário (1)

(1) UNICEPLAC, Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural

e-mail: iuri.araujo@uniceplac.edu.br

RESUMO

O documento ora apresentado tem por objetivo principal registrar parte das práticas exercidas no contexto da inserção curricular da extensão no decorrer do segundo período letivo de 2022, na disciplina denominada Extensão Temática: Patrimônio, proposta com a meta de realizar e difundir práticas e estudos da preservação do patrimônio cultural, com ênfase no legado material, imaterial e natural em escala local e regional. Para tanto, utilizando-se de percurso metodológico composto pela revisão da normativa jurídica e da literatura, esta última de maneira parcial, na observação participante, assim como pelos registros fotográficos gerados, e ainda analisando os dados obtidos de maneira indutiva, no qual se parte de situação particular para o entendimento da questão ampla tratada neste artigo, conjecturam-se resultados satisfatórios na perspectiva do atendimento à demanda da comunidade acadêmica e no exercício da aproximação entre ensino e extensão. Enquanto conclusão, faz-se possível considerar relevante êxito nas práticas utilizadas, visto ainda tratar-se do emprego de metodologias ativas e acolhidas pelo corpo discente e em uma estrutura disciplinar ainda sem arcabouço didático consolidado.

Palavras-chave: Extensão universitária; patrimônio cultural; metodologias ativas.

ABSTRACT

The document presented here has the main objective of recording part of the practices carried out in the context of the curricular insertion of the extension during the second academic period of 2022, in the discipline called Thematic Extension: Heritage, a proposal with the goal of carrying out and disseminating practices and study of the preservation of cultural heritage, with emphasis on material, immaterial and natural legacy on a local and regional scale. For this purpose, using a methodological path composed of the review of legal regulations and literature, the latter partially, in participant observation, as well as the photographic records generated, and also analyzing the data obtained inductively, in which part From a particular situation to the understanding of the broad issue dealt with in this article, satisfactory results are conjectured from the perspective of meeting the demand of the academic community and in the exercise of approximation between teaching and extension. As a conclusion, it is possible to consider relevant success in the practices used, since it is still about the use of active methodologies and accepted by the student body and in a disciplinary structure still without a consolidated didactic framework.

Keywords: University extension; cultural heritage; active methodologies.

1 INTRODUÇÃO

A presente investigação debruça-se, em linhas gerais, sobre o domínio da extensão universitária brasileira, nomeadamente o processo inserção das atividades de extensão no contexto da matriz curricular do ensino superior e o impacto positivo trazido por estas mudanças no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – UNICEPLAC.

Compreende-se como justificativa para a realização deste debate a determinação do Ministério da Educação que, na Resolução MEC/CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, dentre as quais se destaca a composição de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para atividades de extensão, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos. Essa significativa alteração na estrutura formativa trouxe consigo a necessidade de discussão a respeito das circunstâncias de implantação e operacionalização, tanto quanto a difusão de boas práticas no contexto da capacitação profissional do arquiteto e urbanista.

Em face do exposto, a discussão em tela tem por objetivo principal registrar parte das práticas exercidas no contexto da inserção curricular da extensão no curso de Arquitetura e Urbanismo do UNICEPLAC no decorrer do segundo período letivo de 2022, na disciplina denominada Extensão Temática: Patrimônio, que trata da realização e difusão de práticas e estudos da preservação do patrimônio cultural, com ênfase no legado material, imaterial e natural em escala local e regional. Com isso, além da perspectiva educacional, importa ainda a discussão sobre o exercício da educação patrimonial e preservação do patrimônio cultural.

Enquanto percurso metodológico, opta-se por procedimentos não intervencionistas, concretizados através da revisão da normativa jurídica e da literatura – esta última de maneira parcial –, na observação participante, assim como pelos registros fotográficos gerados. A análise dos dados coletados se compreende como indutiva, no qual se parte de situação particular percebida para o entendimento da questão ampla tratada neste artigo. Diante dos resultados obtidos, num último momento, parte-se para recomendações que projetam a continuidade das ações realizadas e ampliação do alcance do conhecimento produzido.

2 DA EXTENSÃO CURRICULAR À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

2.1 A formação além do ensino

Num primeiro momento faz-se necessário ressaltar o que se compreende sobre o ensino universitário no Brasil e a relação entre esta e a prática da extensão universitária. Nesse sentido, cabe citar a Constituição Federal vigente, promulgada em 5 de outubro de 1988, o qual se lê na parte que retrata a educação, a cultura e o desporto:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

[...]

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988, s/p).

Ao retratar a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, faz-se possível captar que o ensino superior no Brasil deve, além de promover a formação do aluno em uma área específica, permitindo o desempenho qualificado de uma profissão; precisa ainda proporcionar ao estudante, de maneira conjunta, tanto a produção e difusão de conhecimento científico próprio à sua formação profissional, ao que se compreende como pesquisa, quanto a produção e difusão de atividades práticas com vistas a inserção completa do aluno à vida profissional, chamada também de extensão.

Tratando especificamente sobre a Extensão Universitária, convém destacar o informado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 1987), atualmente Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, em novembro de 1987, disposto a seguir:

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987, p.11).

Pelo que se infere da citação evidenciada, a extensão confere ao aluno a oportunidade de exercer a sua profissão através da prestação de serviços à comunidade e através desta

ação, desenvolver reflexão crítica de maneira a complementar o processo de ensino, tanto quanto fornecer subsídios à produção de conhecimento no âmbito da pesquisa universitária.

2.2 A Extensão Universitária no UNICEPLAC

Em consonância com o Núcleo de Iniciação Científica e Extensão da instituição, através da Política de Extensão do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – UNICEPLAC (2021), acredita-se que a extensão universitária “garante a comunicação entre universidade e sociedade, que tem como objetivo promover a troca de saberes científicos e espontâneos, de modo que ambos os conhecimentos se complementem sem que haja uma hierarquia, e realizando mudanças positivas para a sociedade” (UNICEPLAC, 2021, p. 4)

Atendendo a esta finalidade, o UNICEPLAC vem buscando estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais entre os diversos setores do Centro Universitário e da sociedade através de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e atendimento ao público nas áreas de inclusão social e diversidade, sustentabilidade, promoção da saúde, da atenção básica e do bem estar social, empreendedorismo e negócios, e tecnologia da informação e inovação.

No panorama da extensão universitária no UNICEPLAC, o curso de graduação em arquitetura e urbanismo inicia no ano de 2019 a operação da principal atividade extensionista: o Escritório Escola de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – UNICEPLAC – Saída Sul. O Escritório Escola é um núcleo de prática profissional e extensionista que integra as atividades de pesquisa e extensão na área de Arquitetura e Urbanismo, atendendo a demandas sociais de comunidades específicas, tendo como foco o auxílio à sociedade e o estudante como eixo principal de aprendizagem. O Escritório Escola visa ser uma ferramenta pedagógica para integração do aluno a demandas reais da sociedade e na qual é capaz de contemplar diversos projetos de extensão tanto na área da arquitetura e urbanismo quanto em áreas correlatas e temáticas transversais e multidisciplinares.

2.3 A Curricularização da Extensão

A questão do debate sobre a indissociabilidade – e do diálogo permanente entre o ensino, a pesquisa e a extensão, no bojo dos objetivos da política pública educacional no Brasil – apresentou avanços significativos desde a Constituição de 1988, tal como demonstra

a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências (BRASIL, 2014). O PNE determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional em períodos decenais e a partir do diagnóstico das mudanças e permanências socioculturais brasileiras.

Dentre as metas e estratégias estabelecidas pelo dispositivo jurídico supracitado, destaca-se a meta 12.7, o qual se verifica como estratégia “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

Para regulamentar a normativa supracitada, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação, edita a Resolução MEC/CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Sobre a Resolução, cabe destacar o que se lê a seguir:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

[...]

Art. 7º São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias.

Art. 8º As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

I - programas;

II - projetos;

III - cursos e oficinas;

IV - eventos;

V - prestação de serviços (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, s/p)

A partir desta determinação, todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do país realizaram modificações em suas matrizes curriculares de modo a reservar pelo menos 10%

(dez por cento) de suas horas/aula obrigatórias para a implementação de disciplinas de extensão.

De acordo com o Art. 19 da Resolução: “as instituições de ensino superior terão o prazo de até 3 (três) anos, a contar da data de sua homologação, para a implantação do disposto nestas Diretrizes” (BRASIL, 2018), o que permitiu com que as IES pudessem alterar seus programas curriculares e adicionar disciplinas de extensão curricularizadas até 19 de dezembro de 2021, contudo, em virtude de despacho do Ministério da Educação em 24 de dezembro de 2020, ficou prorrogada a implantação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais, entre elas, a Resolução CNE/CES n.º 7/2018. Com isso, a data limite para implantação da extensão nos currículos dos cursos de graduação das IES brasileiras, passou a ser 19 de dezembro de 2022.

Atualmente o curso de arquitetura e urbanismo do UINICEPLAC oferece como carga horária um total de 3.600 (três mil e seiscentas) horas/aula, de maneira que se compreende como exigido uma carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula para o cumprimento exigido em programas e projetos de extensão universitária.

Neste panorama foram concebidas 5 (cinco) disciplinas, denominadas como extensão temática. Além de possuírem enfoque na extensão, estes componentes curriculares são construídos de maneira a refletir os eixos temáticos do curso, delimitados no Projeto Pedagógico do Curso – PPC (UNICEPLAC, 2023). Estes eixos se estruturam em ciclos anuais de aprendizagem com ênfases específicas que favorecem a interdisciplinaridade, sem prejuízo da formação transversal.

Para tanto, o primeiro ano do curso, cuja temática destaca o estudo do espaço e da forma, é apresentada a Extensão Temática: arte e estética, na qual oferece um conjunto de ações práticas juntamente com a formação inicial do curso voltada para o entendimento de aspectos introdutórios da arquitetura, urbanismo e paisagismo a partir do desenvolvimento das habilidades leitura do espaço e da paisagem e de análise e representação da forma.

No segundo ano do curso, os componentes curriculares têm por objeto a cultura e o lugar, sendo ofertada a Extensão Temática: sustentabilidade, de modo a proporcionar ao estudante a transversalidade da sustentabilidade ao entendimento dos aspectos sociais, econômicos, culturais e de paisagem que conferem identidade ao lugar; além da leitura do espaço urbano a partir da compreensão das relações entre os elementos e seu contexto imediato; e a reflexão sobre o habitar.

No terceiro ano, as disciplinas destacam a tecnologia e cidade, sendo escolhida a Extensão Temática: tecnologia, com vistas a formação teórica e prática com enfoque nos aspectos tectônicos e tecnológicos da cidade e da edificação; bem como o entendimento dos sistemas estruturais e construtivos; e a reflexão sobre as grandes cidades contemporâneas e seus fenômenos.

No quarto ano os alunos são confrontados com conteúdos próprios à complexidade na arquitetura e urbanismo, e pela Extensão Temática: patrimônio, desenvolvem habilidades e competências necessárias para a intervenção no ambiente construído e estudo das funções complexas; tanto quanto compreendem na prática o patrimônio com ênfase no legado material e imaterial.

Por fim, no quinto ano, são sublinhadas questões sobre reflexão e projeto, submetendo os alunos à disciplina de Extensão Temática: arquitetura na comunidade para enfatizar a reflexão sobre a prática profissional no âmbito comunitário, juntamente com o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso.

Com isso, em uma articulação transversal e considerando-se a transdisciplinaridade como paradigma fundamental para conexão dos diversos ciclos entre si, proporciona-se uma aprendizagem integrada e uma visão holística da formação em Arquitetura e Urbanismo.

2.4 A disciplina Extensão Temática: Patrimônio

A unidade curricular de nome Extensão Temática: Patrimônio se insere nas atividades de ensino do oitavo período do curso de graduação em arquitetura e urbanismo do UNICEPLAC e foi inserida em um contexto de consolidação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, juntamente com o debate de temas complexos, ao passo que prepara o aluno para as tarefas de pesquisa e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Esta disciplina, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), tem por ementa:

Extensão universitária com enfoque na realização e difusão de práticas e estudo da preservação do patrimônio cultural, com ênfase no legado material, imaterial e natural em escala local e regional. Desenvolvimento de prática com impacto positivo para a sociedade e fortalecimento do vínculo entre a academia e a comunidade. Produção de ações voltadas à educação patrimonial, identidade cultural e valorização do ambiente construído. Integração de conteúdos do quarto ano do curso (UNICEPLAC, 2023, p 97).

Em virtude do período de desenvolvimento recente da estrutura curricular e da adaptação para a inserção curricular da extensão, a matéria foi ministrada pela primeira vez no segundo semestre de 2022, portanto, sem experiências pregressas. Nesta perspectiva, com base na Política de Extensão do UNICEPLAC, tanto quanto através de vivências

acadêmicas e profissionais anteriores do autor, fez-se possível programar atividades predominantemente práticas que estabelecessem diálogo entre o ensino e a extensão, assim como entre o aluno e a comunidade universitária.

Em todo o andamento da disciplina, o conteúdo foi ministrado mediante aulas expositivas dialogadas e atividades práticas, buscando interatividade com a turma e utilizando-se de recursos didáticos tais como vídeos, investigações em sites especializados em tecnologias, aulas teóricas e mesas de discussão sobre os temas. Neste sentido, planejou-se dividir o cronograma em duas unidades: i) na Unidade I foi apresentado o referencial teórico, no qual foram abordados temas relevantes ao patrimônio cultural brasileiro (conceitos, políticas e instrumentos), e à gestão da conservação do patrimônio (identificação, salvaguarda, monitoramento, intervenção, valorização); ii) a Unidade II, foram propostas atividades no tocante à educação patrimonial, dentre os quais se destacam as ações práticas de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural e no qual se insere a atividade.

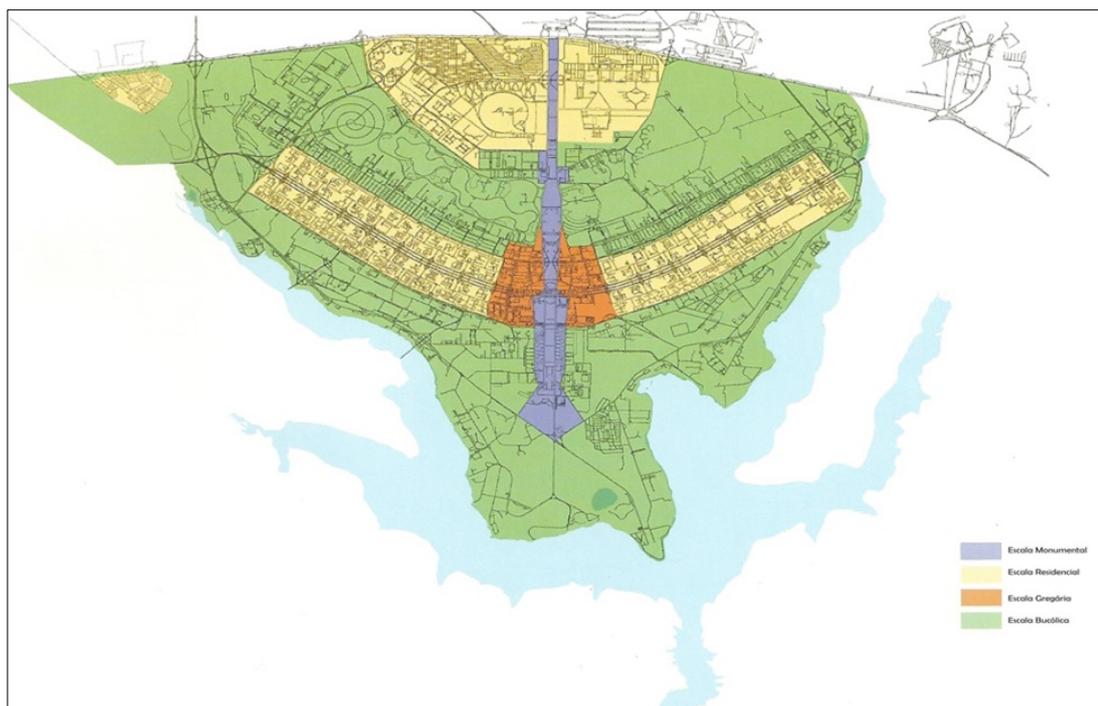
3 RESULTADOS

Como produto da disciplina de Extensão Temática: Patrimônio, os alunos matriculados ofereceram uma visita técnica aberta para os demais estudantes do curso de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – UNICEPLAC com vistas a apresentar os conhecimentos adquiridos em sala de aula durante o segundo semestre de 2022.

Trata-se de uma vivência pelas escalas urbanísticas do Conjunto Urbanístico de Brasília, nomeadamente as escalas residencial, bucólica, gregária e monumental, de maneira que os alunos da disciplina tenham a oportunidade de compartilhar o conhecimento a respeito da preservação do patrimônio cultural com os demais alunos do curso, executando um roteiro turístico com informações gerais e específicas voltadas para o estudante de arquitetura e urbanismo.

Cabe esclarecer que no caso do Conjunto Urbanístico de Brasília, patrimônio cultural tombado nos níveis distrital e federal, e reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, sendo o principal objeto de estudo da disciplina, não é a materialidade que demanda ser preservada, nem, necessariamente, a morfologia urbana o atributo físico a se conservar, são as escalas urbanas: Monumental, Residencial, Gregária e Bucólica, ilustradas na imagem a seguir (Figura 1).

Figura 1 – Concepção Urbanística de Brasília.



Fonte: BICCA (2010).

A escala como diretriz de preservação permite que a patrimonialização não congele a cidade e admita a inserção de novas construções no conjunto urbano, observadas as particularidades morfológicas e tipológicas de cada setor como, por exemplo, a manutenção do gabarito de seis pavimentos na escala residencial das superquadras do Plano Piloto, bem como a manutenção da ampla permeabilidade visual e livre circulação de pedestres na área dos pilotis residenciais. Cabe aqui o esclarecimento do próprio idealizador, Lucio Costa, que em seu texto intitulado *Brasília Revisitada, 1985-1987: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana*, lança diretrizes para a manutenção do Conjunto, o que posteriormente torna-se instrumento jurídico do quadro das políticas urbanas na cidade:

A presença da escala monumental – “não no sentido da ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente daquilo que vale e significa” – conferiu à cidade nascente, desde seus primórdios, a marca inelutável de efetiva capital do país.

A escala residencial, com a proposta inovadora da superquadra, a serenidade urbana assegurada pelo gabarito uniforme de seis pavimentos, o chão livre e acessível a todos através do uso generalizado dos pilotis e o franco predomínio do verde, trouxe consigo o embrião de uma nova maneira de viver, própria de Brasília e inteiramente diversa das demais cidades brasileiras.

A escala gregária prevista para o centro da cidade – até hoje ainda em grande parte desocupado – teve a intenção de criar um espaço urbano mais densamente utilizado e propício ao encontro.

As extensas áreas livres, a serem densamente arborizadas ou guardando a cobertura vegetal nativa, diretamente contígua a áreas edificadas, marcam a presença da escala bucólica (COSTA, 1987 apud LEITÃO, 2009, p. 70-71).

De maneira específica, a metodologia para desenvolvimento e realização da ação externa programada foi estruturada de forma que os extensionistas foram divididos em 4 grupos com número variável de alunos com vistas à elaboração dos seguintes roteiros turísticos: Escala Bucólica: correspondente as extensas áreas livres, densamente arborizadas ou com cobertura vegetal nativa, diretamente contígua a áreas edificadas; Escala Residencial: composta, sobretudo, pelas Superquadras; Escala Gregária: prevista para o centro da cidade e que tem a intenção de criar um espaço urbano mais densamente utilizado e propício ao encontro; e a Escala Monumental: onde estão localizados os edifícios e espaços urbanos singulares. Além disso houve um quinto grupo responsável pelo material gráfico e pelos registros da vivência.

Num primeiro momento foram realizadas atividades práticas preparatórias durante o andamento da disciplina. Através destas o aluno pode compreender a formação e a gestão do território patrimonializado como um todo, antes de produzir conhecimento específico no tocante a educação patrimonial. A imagem a seguir (Figura 2) retrata uma atividade proposta para o reconhecimento do terreno, no qual foi projetado o mapa do Conjunto Urbanístico de Brasília para que os alunos pudessem reproduzir o esquema gráfico e com isso assimilar, por conta própria, as escalas urbanísticas, bem como suas características morfo-tipológicas.

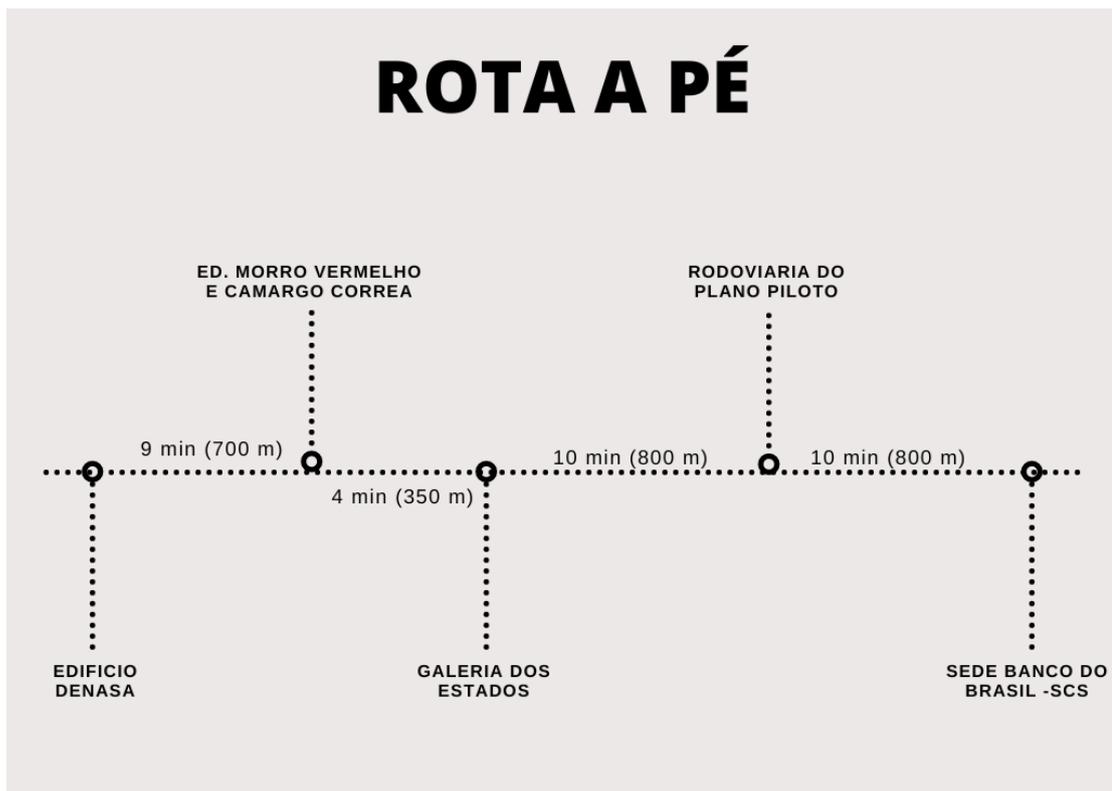
Figura 2 – Registro de atividade prática realizada em 16 de setembro de 2022.



Fonte: Do autor (2022).

Posterior a esta atividade, cada grupo desenvolveu um roteiro próprio, a partir do conteúdo elaborado sobre o tema previamente definido e, durante o decorrer do semestre, cada grupo realizou apresentações e provocou debates sobre a concepção e a materialização de cada escala urbanística. Durante as discussões, foram elaboradas hipóteses de roteiros turísticos específicos do tema em estudo, conforme se verifica pelo esquema a seguir (Figura 3), que representa uma ideia de como pode ser um roteiro turístico realizado a pé entre edifícios representativos da escala gregária.

Figura 3 – Registro de atividade prática realizada em 14 de novembro de 2022.



Fonte: Do autor (2022).

E como atividade final da disciplina de Extensão Temática: Patrimônio, foi realizada a vivência no dia 01 de dezembro de 2022, com saída às 14:00 na recepção do Centro Universitário, e chegada às 18:30 no mesmo ponto de encontro.

A partir da saída do UNICEPLAC, em um micro ônibus, seguiram para a vivência os alunos matriculados na disciplina, alunos do curso de arquitetura de outros semestres, interessados na proposta a ser apresentada pelos estudantes da disciplina, e o professor, autor do registro em tela.

A primeira parada foi realizada em frente à Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima, conhecida como Igrejinha. A partir de lá o grupo se encaminhou para a quadra SQS 308 para que o grupo responsável pela escala residencial pudesse compartilhar o conhecimento sobre este setor.

Em seguida, o grupo foi à Plataforma Rodoviária, em local de fácil visualização dos setores centrais do Conjunto Urbanístico de Brasília, nomeadamente os Setores de Diversões, Comerciais, de Autarquias, e Bancários Norte e Sul para que o grupo que estudou a escala gregária pudesse apresentar o fruto das pesquisas realizadas.

Num terceiro momento, a turma se encaminharia até a Praça dos Três Poderes, entretanto, em virtude da proibição do acesso à Praça decorrente da intensa probabilidade de manifestações por ocasião do processo eleitoral no ano de 2022, o grupo não pode acessar os monumentos, muito embora tenham parado para registrar o momento, como se vê pela imagem a seguir (Figura 4).

Figura 4 – Registro de vivência realizada em 01 de dezembro de 2022.



Fonte: Do autor (2022).

Por fim, a equipe seguiu para a Torre de TV onde se fez possível apresentar tanto a escala monumental, quanto a escala bucólica pelos integrantes dos seus respectivos grupos. Com isso a vivência foi finalizada e o grupo retornou ao Centro Universitário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao preparar, desenvolver e apresentar a vivência nos pontos turísticos de Brasília, os alunos extensionistas puderam reconhecer e promover a preservação e a valorização de bens patrimoniais tangíveis e intangíveis urbanos. Além disso foi possível fomentar a discussão sobre patrimônio e preservação e utilizar ferramentas próprias da educação patrimonial que apoiassem a salvaguarda de bens culturais.

A respeito da verificação de aprendizagem, constatou-se que os alunos apresentaram evolução significativa na assimilação dos conteúdos teóricos e práticos pertinentes à preservação do patrimônio cultural e, na mesma medida, conseguiram transmitir esse conhecimento à comunidade.

Por todo o exposto, de maneira geral, consideram-se exitosas as ações práticas estruturadas, tanto no âmbito do ensino quanto da extensão à medida em que o conhecimento é produzido através das atividades preparatórias e é difundido pelo corpo discente para a comunidade acadêmica, sendo este um mecanismo expressivo na formação do arquiteto e urbanista.

O aproveitamento, envolvimento e dedicação dos alunos, tanto na produção dos materiais, como na organização e distribuição de tarefas entre participantes de cada grupo, pode ser verificado no resultado dos trabalhos apresentados, e em especial nas dinâmicas da ação participativa. Os alunos puderam perceber a importância dos temas propostos e das relações entre a arquitetura e patrimônio.

À comunidade foi oportunizada a comunicação com a academia por meio da vivência, ofertando a proximidade da comunidade com a arquitetura, e em especial com a educação patrimonial, promovendo o sentido de preservação e valorização patrimônio cultural

Conclui-se, portanto, que as atividades realizadas neste semestre cumpriram a essência do programa de extensão vigente no UNICEPLAC, uma vez que esta ação de sucesso proporcionou a disseminação do conhecimento adquirido por nossos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo junto à sociedade, criando laços entre a academia e a comunidade.

Diante do exposto, considerou-se benéfico aos alunos o contato inédito com este tipo de atividade, que mostraram assimilar o conteúdo e transmitir o conhecimento à comunidade com entusiasmo e excelência.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial aos líderes de cada projeto, que se dedicaram a organizar e demandar tarefas a cada um dos alunos participantes e, de forma geral a todos os envolvidos, sobretudo a Coordenadora do Curso de Arquitetura prof.^a Nicole Carneiro Ferrer Santos, e à Coordenação da Extensão, na figura da prof.^a Virginia Rozendo Brito.

REFERÊNCIAS

BICCA, Briane. et al. **Brasília: Preservando o Patrimônio da Humanidade**. Porto Alegre: RS Projetos, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1 - Edição Extra, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 49-50, 19 dez. 2018.

FORPROEX. ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, **Brasília. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LEITÃO, Francisco (org.). **Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

UNICEPLAC. **Política de Extensão do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido Dos Santos - UNICEPLAC**. 2021.

UNICEPLAC. **Projeto pedagógico do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo bacharelado**. UNICEPLAC. 2023.